



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Distribuição por dependência à ADPF 1188

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB, serviço público independente, dotado de personalidade jurídica nos termos da Lei nº 8.906/94, inscrito no CNPJ sob o nº 33.205.451/0001-14, por seu Presidente (doc. anexo), vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados infra-assinados, com instrumento procuratório específico incluso, endereço para intimações no SAUS, Quadra 05, Lote 01, Bloco M, Brasília-DF, e endereço eletrônico pc@oab.org.br, com base nos arts. 102, §1º e 103, inciso VII, ambos da Constituição Federal e no art. 2º, inciso I, da Lei nº 9.882/99, propor

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL
com pedido de medida cautelar

em face da decisão exarada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes e referendada integralmente pela 1ª Turma desse E. Supremo Tribunal Federal, no bojo da Pet 12.404, especificamente no ponto em que manteve a “*multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às pessoas naturais e jurídicas que incorrerem em condutas no sentido de utilização de subterfúgios tecnológicos para continuidade das comunicações ocorridas pelo “X”, tal como o uso de VPN (‘virtual private network’), sem prejuízo das demais sanções civis e criminais, na forma da lei*”, e o faz pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

I - DA DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA

Primeiramente, o Conselho Federal da OAB requer a distribuição da presente ação por dependência à ADPF 1188, tendo em vista a coincidência dos objetos, uma vez que tanto na presente ação quanto na ADPF 1188 o ato impugnado é a decisão cautelar proferida no âmbito da Pet 12.404 em 30/08/2024 e que foi referendada pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal em 02/09/2024.

Desse modo, nos termos do art. 286 do CPC e do art. 77-B do RISTF, roga-se pela distribuição da ação por dependência à ADPF 1188.

II – DA SÍNTESE DOS FATOS E DO ATO DO PODER PÚBLICO IMPUGNADO

O objeto da presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental consiste em ato do Poder Público, um ato judicial, notadamente de órgão colegiado fracionário desse E. STF, tomado no âmbito da Pet 12.404.

A referida ação trata de investigação, autuada por prevenção à Pet 12.100/DF, para apurar a possível prática de crimes de obstrução de investigações de organização criminosa (art. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/13) e de incitação ao crime (art. 286, do Código Penal), uma vez que delegados federais que atuam ou atuaram nos procedimentos investigatórios contra milícias digitais e a tentativa de golpe de estado estariam sendo ameaçados.

Sob a premissa de que investigações conduzidas pelas Polícia Federal demonstrou que "*as redes sociais – em especial a “X” - passaram a ser instrumentalizadas com a exposição de dados pessoais, fotografias, ameaças e coações dos policiais e de seus familiares*", havia sido determinada, entre outras medidas, que a empresa TWITTER INC. (responsável pela rede social X), no prazo de 2 (duas) horas, procedesse ao bloqueio dos canais/perfis/contas indicados, bem como de quaisquer grupos que fossem administrados pelos usuários. Intimada, a empresa deixou de cumprir a decisão, de forma que foi aplicada a multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e determinada a intimação pessoal do representante legal da X BRASIL INTERNET LTDA.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Contudo, em 17/8/2024, o acionista majoritário da REDE X, ELON MUSK, anunciou que encerraria as operações do X no Brasil¹. Em 18/8/2024, diante da ausência do cumprimento das decisões judiciais, o Min. Relator determinou bloqueios das contas bancárias/ativos financeiros da empresa X, bem como que a empresa indicasse o representante legal no país.

Não houve cumprimento das decisões judiciais, de forma que, no dia 28/08/2024, o Min. Relator determinou que o X indicasse novo representante legal no prazo de 24 horas, sob pena de suspensão das atividades da rede no Brasil. A intimação foi feita, inclusive, em post no próprio X, situação inédita no país².

Diante da reiteração dos descumprimentos das determinações judiciais, o Min. Relator considerou que seria necessária a adoção de atitude mais gravosa. Isso porque o encerramento do X Brasil, com o fechamento do escritório, representaria um “*obstáculo intransponível para a continuidade dos seus serviços no Brasil*”, tendo em vista que a ausência de representantes teria a finalidade de descumprir ordens do poder judiciário.

Nos termos da decisão:

“A tentativa da TWITTER INTERNATIONAL UNLIMITED COMPANY, em colocar-se à margem da lei brasileira, às vésperas das eleições municipais de 2024, demonstra seu claro intuito de manter e permitir a instrumentalização das redes sociais, com a massiva divulgação de desinformação e com a possibilidade da nociva e ilícita utilização da tecnologia e inteligência artificial para direcionar, clandestinamente, a vontade do eleitorado, colocando em risco a Democracia, como já fora tentado no Brasil anteriormente e em vários países do Mundo pelo novo populismo digital extremista”.

Desse modo, o Ministro Alexandre de Moraes, determinou:

(1) A SUSPENSÃO IMEDIATA, COMPLETA E INTEGRAL DO FUNCIONAMENTO DO “X BRASIL INTERNET LTDA” em território nacional, até que todas as ordens judiciais

¹ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/08/17/elon-musk-anuncia-encerramento-das-operacoes-do-x-no-brasil.htm>

² <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/08/28/intimacao-de-musk-pelo-stf-via-rede-social-e-inedita-no-seculo-diz-tribunal.ghtml>



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D.F.

proferidas nos presentes autos sejam cumpridas, as multas devidamente pagas e seja indicado, em juízo, a pessoa física ou jurídica representante em território nacional. No caso de pessoa jurídica, deve ser indicado também o seu responsável administrativo;

O Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), CARLOS MANUEL BAIGORRI deve ser intimado, inclusive por meios eletrônicos, para que adote IMEDIATAMENTE todas as providências necessárias para a efetivação da medida, comunicando-se essa CORTE, no máximo em 24 (vinte e quatro) horas.

(2) A INTIMAÇÃO, para cumprimento no prazo de 5 (cinco) dias, devendo comunicar imediatamente o juízo, das empresas:

(2.1) APPLE e GOOGLE no Brasil para que insiram obstáculos tecnológicos capazes de inviabilizar a utilização do aplicativo “X” pelos usuários do sistema IOS (APPLE) e ANDROID (GOOGLE) e retirem o aplicativo “X” das lojas APPLE STORE e GOOGLE PLAY STORE e, da mesma forma, em relação aos aplicativos que possibilitam o uso de VPN (‘virtual private network’), tais como, exemplificativamente: Proton VPN, Express VPN, NordVPN, Surfshark, TOTALVPN, Atlas VPN, Bitdefender VPN;

(2.2) Que administram serviços de acesso a backbones no Brasil, para que neles insiram obstáculos tecnológicos capazes de inviabilizar a utilização do aplicativo “X”;

(2.3) Provedoras de serviço de internet, na figura de seus Presidentes, exemplificativamente ALGAR TELECOM, OI, SKY, LIVE TIM, VIVO, CLARO, NET VIRTUA, GVT, etc..., para que insiram obstáculos tecnológicos capazes de inviabilizar a utilização do aplicativo “X”; e

(2.4) Que administram serviço móvel pessoal e serviço telefônico fixo comutado, para que neles insiram obstáculos tecnológicos capazes de inviabilizar a utilização do aplicativo “X”;

(3) A APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às pessoas naturais e jurídicas que incorrerem em condutas no sentido de utilização de subterfúgios tecnológicos para continuidade das comunicações ocorridas pelo “X”, tal como o uso de VPN (‘virtual private network’), sem prejuízo das demais sanções civis e criminais, na forma da lei.

Em seguida, o Ministro proferiu nova decisão suspendendo a execução do item “2”, até que haja manifestação das partes nos autos, a fim de evitar “*eventuais transtornos desnecessários e reversíveis à terceiras empresas*”.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Contudo, em que pese a extrema gravidade dos fatos narrados e a situação de reiterado descumprimento das ordens judiciais e da legislação brasileira, a decisão, na parte em que determina aplicação de multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às pessoas naturais e jurídicas, de forma ampla e generalizada, ou seja, ainda que não integrem a demanda, criando um ilícito penal e cível oponível a um número indeterminado de pessoas representa grave afronta aos à preceitos fundamentais consagrados na Constituição Federal.

A decisão monocrática foi submetida ao plenário virtual da 1ª Turma do STF, ocasião em que integralmente referendada, merecendo destaque uma importante ressalva feita pelo Exmo. Ministro Luiz Fux, e que vai ao encontro do defendido na presente ADPF. Senão vejamos:

Acompanho o Ministro relator com as ressalvas de que a decisão referendada não atinja pessoas naturais e jurídicas indiscriminadas e que não tenham participado do processo, em obediência aos cânones do devido processo legal e do contraditório, salvo se as mesmas utilizarem a plataforma para fraudar a presente decisão, com manifestações vedadas pela ordem constitucional, tais como expressões reveladoras de racismo, fascismo, nazismo, obstrutoras de investigações criminais ou de incitação aos crimes em geral.

Inobstante essa ressalva, o ponto levantado pelo Ministro Fux no julgamento acerca dos efeitos da decisão para além das partes processuais não deu ensejo a nenhum tipo de aprofundamento, mesmo porque o ambiente de julgamento virtual não propicia o debate entre os julgadores e o confronto de ideias, prejudicando sobremaneira a própria lógica da decisão colegiada, que por essência deve primar pela submissão de um julgador ao crivo dos seus pares.

Assim, a presente ADPF possui como ato impugnado a decisão colegiada que referendou a medida cautelar e manteve a aplicação da sanção consistente em multa nos termos preconizados pela decisão que, conforme será demonstrado, não possui respaldo na Constituição e na lei, e contraria expressa e frontalmente diversos preceitos fundamentais, ensejando a propositura desta arguição.

A decisão colegiada da 1ª Turma é, portanto, o ato público ora impugnado na presente ADPF e resta plenamente passível de controle abstrato por essa Corte Constitucional na medida em que



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D.F.

1. descreve uma conduta proibida, e ao fazê-lo criou efetivamente um ilícito penal e cível não previsto pelo ordenamento jurídico brasileiro e sem o competente e legítimo processo legislativo, sem qualquer consideração acerca de elemento subjetivo (dolo), do bem jurídico tutelado, das circunstâncias fáticas agravantes ou atenuantes a serem consideradas, **violando direta e frontalmente o princípio da legalidade e a reserva legal (art. 5º, II, XXXIX), bem como a separação dos poderes (art. 2º, caput da CF).**
2. determina sua aplicação de forma genérica e abstrata a toda e qualquer pessoa natural ou jurídica que incorra na conduta descrita, sem considerar que trata-se de uma decisão judicial em processo concreto, de natureza limitada, com efeito *inter partes*, **relativizando de forma inaceitável o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, LIV e LV da CF).**
3. Por fim, não sendo suficiente as graves violações ao princípio da legalidade e às garantias processuais constitucionais, **restam também violados o ideal da razoabilidade e proporcionalidade que deve reger todos os atos do Poder Público**, pois a multa fixada em R\$50.000,00, ainda que tivesse sido cominada em lei, nos termos do preconiza o princípio da legalidade, representa uma sanção desarrazoada e desproporcional à conduta de simplesmente acessar determinada plataforma digital cuja suspensão foi judicialmente determinada.

Nesses termos, considerando a relevância da controvérsia ora posta, a densidade constitucional dos preceitos fundamentais violados, exsurge a necessidade de análise da matéria pelo Plenário dessa Corte Constitucional, devendo ser declarada inconstitucional o ato judicial que criou um ilícito civil e penal ao arrepio da lei e sem o competente processo legislativo, desconsiderando ainda as garantias processuais e o direito ao devido processo legal que deve reger o processo judicial.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

III - DA LEGITIMIDADE ATIVA DO CFOAB

A Constituição Federal consagrou a legitimidade deste Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) para propor as ações de controle concentrado de constitucionalidade, como resulta dos arts. 102, §1º, e 103, inciso VII, da CF/1988, bem como do art. 2º, inciso I, da Lei nº 9.882/99. Essa legitimidade, conforme assentado pela jurisprudência deste STF, é considerada de caráter universal, ou seja, “independe do requisito da pertinência entre o seu conteúdo e o interesse dos advogados como tais” (ADI 3).

A representatividade da OAB é livre de qualquer dúvida, uma vez que a sua atuação não está limitada aos interesses dos advogados, mas se relaciona com a própria administração da justiça e da defesa da Constituição, conforme interpretação coerente do art. 133 da Constituição Federal e do art. 44 da Lei n. 8.906/94 e dos arts. 22 a 24 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Assim, resta demonstrada a legitimidade ativa do Requerente para a propositura da presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

IV – DO CABIMENTO DA ADPF

A Constituição Federal, em seu art. 102, § 1º, prevê que “a arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei”.

Com o advento da Lei n. 9.882/99 houve a efetiva regulamentação desse instituto jurídico processual constitucional, que definiu os pressupostos para o seu cabimento na modalidade direta, a saber: a) existência de ato do Poder Público; b) lesão a preceito fundamental; e c) subsidiariedade. Tais pressupostos estão expressos no art. 1º e no §1º do art. 4º da Lei n. 9.882/1999, transcritos a seguir:

Art. 1º A arguição prevista no §1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar **lesão a preceito fundamental**, resultante de **ato do Poder Público**.

Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de arguição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta.

§ 1º Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental **quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade**.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Quanto ao primeiro pressuposto, tem-se que, na presente arguição, o ato do Poder Público impugnado consiste em decisão judicial colegiada não passível de impugnação pela via recursal e que viola direta e frontalmente preceitos fundamentais.

Como admite a jurisprudência do STF, é legítimo o ajuizamento de ADPF em face de decisão judicial, desde que não transitada em julgado e cumprido o requisito constitucional da subsidiariedade, que preconiza ser a ADPF uma ferramenta de controle residual. Nesse sentido, podem ser citados os seguintes precedentes: **ADPF 144**, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe 25.2.2010; **ADPF 495 AgR**, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 17.5.2023; **ADPF 789**, Rel. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe 3.9.2021; **ADPF 324**, Rel. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe 06.09.2019; **ADPF 670 AgR**, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ Acórdão Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, DJe 10.12.2020 e por fim, **ADPF 501 AgR**, Rel. p/ Acórdão Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe 05.11.2020.

Assim, a ADPF constitui via cabível e adequada para controlar atos do Poder Judiciário, uma vez que "*foi concebida pela Lei 9.882/99 para servir como um instrumento de integração entre os modelos difuso e concentrado de controle de constitucionalidade, viabilizando que atos estatais antes insuscetíveis de apreciação direta pelo Supremo Tribunal Federal, tais como normas pré-constitucionais ou mesmo decisões judiciais atentatórias a cláusulas fundamentais da ordem constitucional, viessem a figurar como objeto de controle em processo objetivo*" (STF. Decisão Monocrática. ADPF 127, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 25/2/2014).

Igualmente evidente o atendimento do segundo pressuposto de cabimento, pela violação direta e frontal à legalidade e reserva legal, à separação dos poderes, ao devido processo legal, ao contraditório e aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Como estabelecido pela doutrina³ e pela jurisprudência assente da Suprema Corte⁴, os direitos e garantias fundamentais possuem “inegável qualidade de preceitos

³ MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires. *Curso de Direito Constitucional*. 2ª ed. Brasília: Saraiva, 2008. p. 1165.

⁴ *Constitucional. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Membros do Ministério Público. Vedação: art. 128, § 5º, II, “d”. 2. ADPF: Parâmetro de controle. Inegável qualidade de preceitos fundamentais da ordem constitucional dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º, dentre outros), dos princípios protegidos por cláusula pétrea (art. 60, § 4º, da CF) e dos “princípios sensíveis” (art. 34, VII). A lesão a preceito fundamental configurar-se-á, também, com ofensa a disposições que confirmam densidade normativa ou significado específico a um desses princípios. (ADPF 388, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal*



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

fundamentais da ordem constitucional”. A configuração do princípio da legalidade como preceito fundamental já foi expressamente acolhida por esse Pretório Excelso quando do julgamento da ADPF 501 (Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, DJ 17.08.2022), que julgou inconstitucional a Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho e invalidou decisões judiciais não transitadas em julgado, reconhecendo uma ofensa ao princípio da legalidade/reserva legal e à separação dos poderes, aduzindo a impossibilidade de atuação do Poder judiciário como legislador positivo. Consta também inquestionavelmente entre os preceitos fundamentais as garantias processuais, consagradas pela Constituição como direito individual a ser concretizado pelo Estado.

O terceiro requisito de cabimento, por sua vez, diz respeito à subsidiariedade da ADPF, nos termos do art. 4, §1º, da Lei n. 9.882/99, o qual dispõe que somente será cabível a arguição quando inexistir no ordenamento jurídico qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade aos preceitos fundamentais. No caso em comento, evidencia-se a exclusividade da via processual eleita, uma vez que não há outra modalidade de controle abstrato para impugnar os ato público questionado, decisão judicial não passível de ser modificada por recurso e ainda não transitada em julgado.

Essa Suprema Corte já reconheceu, desde a ADPF n. 33, que a subsidiariedade é atendida diante da

“[...] inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão, compreendido no contexto da ordem constitucional global, como aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante **de forma ampla, geral e imediata**. 14. **A existência de processos ordinários e recursos extraordinários não deve excluir, a priori, a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental, em virtude da feição marcadamente objetiva dessa ação**”.

Cabe pontuar que o entendimento da Excelsa Corte tem evoluído para aferir a subsidiariedade principalmente a partir dos mecanismos de controle objetivo existentes na ordem jurídica, bem como por reconhecer a relevância do interesse público como critério relevante para o cabimento, como sobressai do precedente abaixo, cujo excerto da ementa segue transcrito, *in verbis*:

Pleno, julgado em 09/03/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-159 DI-VULG 29-07-2016 PUBLIC 01-08-2016).



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

[...] Caso concreto: alegação de violação a uma regra constitucional – vedação a promotores e procuradores da República do exercício de “qualquer outra função pública, salvo uma de magistério” (art. 128, § 5º, II, “d”) –, reputada amparada nos preceitos fundamentais da independência dos poderes – art. 2º, art. 60, § 4º, III – e da independência funcional do Ministério Público – art. 127, § 1º. Configuração de potencial lesão a preceito fundamental. Ação admissível. 3. Subsidiariedade – art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/99. **Meio eficaz de sanar a lesão é aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata. No juízo de subsidiariedade há de se ter em vista, especialmente, os demais processos objetivos já consolidados no sistema constitucional. Relevância do interesse público como critério para justificar a admissão da arguição de descumprimento.** [...]. Ação julgada procedente em parte, para estabelecer a interpretação de que membros do Ministério Público não podem ocupar cargos públicos, fora do âmbito da Instituição, salvo cargo de professor e funções de magistério, e declarar a inconstitucionalidade da Resolução 72/2011, do CNMP. Outrossim, determinada a exoneração dos ocupantes de cargos em desconformidade com a interpretação fixada, no prazo de até vinte dias após a publicação da ata deste julgamento.

(ADPF 388, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 09/03/2016, PUBLIC 01-08-2016).

A presente ADPF questiona ato público específico, consistente em decisão judicial colegiada ainda não transitada em julgado e com impacto na vida de milhares de brasileiros, notadamente os cerca de mais de 21 milhões de brasileiros que possuem cadastro na rede social X e que podem vir a sofrer restrições de direitos consistente em pagamento de multa onerosa caso incorram na conduta proibida descrita pela decisão.

O presente apelo, em busca de um provimento judicial, objetiva levar à discussão e debate pela Suprema Corte da atuação de um dos seus órgãos colegiados fracionários como legislador positivo, determinando por meio de decisão judicial a criação de um ilícito penal, matéria sujeita à reserva legal. É evidente e relevante, portanto, o interesse público consistente no objeto desta ADPF.

Não havendo outro instrumento de controle concentrado apto a examinar tal questão, ou mesmo recurso a ser interposto em face do decisão colegiada, **de modo a permitir a apreciação da questão pelo plenário desse STF**, impõe-se reconhecer que a ADPF constitui o único meio de fiscalização constitucional capaz de responder “de forma ampla, geral e imediata” às violações caracterizadas pelo ato impugnado.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Como visto, a jurisprudência do STF vem conferindo interpretação extensiva ao comando do art. 1º, da Lei nº 9.882/1999, ampliando os significados das expressões “preceito fundamental” e “ato do Poder Público”. Assim, a ADPF passa a cumprir efetivamente a função de instrumento subsidiário das demais ações de controle concentrado, nos moldes preconizados pelo art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/1999.

Em lição doutrinária, o e. Ministro Alexandre de Moraes reconheceu que a referida Lei conferiu “certa discricionariedade ao STF, na escolha de arguições que deverão ser processadas e julgadas, podendo, em face de seu caráter subsidiário, deixar de conhecê-las quando concluir pela inexistência de relevante interesse público [...]”⁵.

No caso dos autos, é inequívoca a existência de “relevante interesse público” no controle judicial. Por fim, é importante indicar que esse egrégio Supremo Tribunal Federal, em casos de notada urgência e de relevante interesse social, tem admitido a concessão de medida cautelar antes mesmo de pronunciar de maneira definitiva sobre o cabimento da ação, no interesse de resguardar a ordem constitucional contra lesões atuais ou iminentes.

V – DOS PRECEITOS FUNDAMENTAIS VIOLADOS - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, DA RESERVA LEGAL, DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO. INADEQUAÇÃO E DESPROPORCIONALIDADE DA SANÇÃO.

A Constituição Federal de 1988 tem forte preocupação em garantir o exercício legítimo do poder. Por esse motivo, há em seu texto a previsão de diversos direitos e garantias fundamentais que permitem não só a proteção dos indivíduos contra arbitrariedades do poder, como também conferem legitimidade aos atos estatais.

Para cumprir essa finalidade, a Constituição de 1988 assegura a regra básica de subsunção ao princípio da legalidade, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art. 5º, II) e “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (art. 5º, XXXIX). Além disso, estabelece a cláusula geral de que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (art. 5º, LIV). Para a materialização do devido processo legal, a

⁵ Cf. MORAES, Alexandre. *Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais. Garantia suprema da Constituição*. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 260.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Constituição previu ainda diversos corolários, como o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV) em todos os processos judiciais e administrativos.

Nesse cenário de concretizar importantes direitos e garantias processuais, o ordenamento constitucional brasileiro não permite definição de uma conduta como crime sem lei anterior que a defina e nem permite punição sem que seja garantido o devido processo legal e o direito de defesa.

No presente caso, a essência da decisão proferida no dia 30/08/2024 pelo Ministro Alexandre de Moraes e referendada pela 1ª Turma do STF reflete uma preocupação com a integridade e o respeito às decisões judiciais, bem como com a manutenção da ordem pública. Portanto, é medida que visa coibir práticas que possam comprometer investigações ou contornar decisões judiciais relacionadas à comunicação digital, uma vez que o governo busca desestimular a utilização de ferramentas que possam facilitar a evasão de responsabilidades ou a continuidade de comportamentos considerados ilícitos.

Contudo, a decisão determina de forma genérica e indiscriminada a imposição de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a todas as pessoas naturais e jurídicas que utilizarem “de subterfúgios tecnológicos” para continuidade das comunicações no “X”. Além da multa, a decisão menciona a possibilidade de outras sanções civis e criminais, o que indica uma abordagem mais ampla para lidar com a questão da desobediência à decisão judicial.

É dizer, há imposição de uma proibição genérica e indeterminada com a cominação de uma punição pelo seu descumprimento. Ocorre que o enquadramento de uma conduta como um ato ilícito e a cominação de multa devem estar claramente previstas em lei (art. 5º, II e XXXIX, Constituição Federal). Mais do que isso, a previsão de uma conduta como proibida deve ser feita, necessariamente, por meio de lei formal, após o devido processo legislativo, em estrita obediência aos postulados da legalidade e da reserva legal (art. 5º, II e XXXIX da Constituição Federal).

A adoção dos princípios da legalidade e da reserva legal em nosso ordenamento jurídico “representa a garantia política de que nenhuma pessoa poderá ser submetida ao poder punitivo estatal, se não com base em leis formais que sejam fruto do consenso democrático”⁶. É por meio desses princípios que o poder punitivo estatal encontra

⁶ BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral – 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 24.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

limites contra arbitrariedades de excesso de poder e que se cumpre a exigência da segurança jurídica de um Estado Democrático de Direito.

Assim, uma decisão judicial não pode criar um ato ilícito e nem prever a punição correspondente, sob pena de violação à separação dos poderes (art. 2º, Constituição Federal), visto que a tipificação de condutas é tarefa própria do poder legislativo. A previsão de aplicação de multa a pessoas físicas e jurídicas que acessarem a rede X, por meio de subterfúgios tecnológicos, representa indevida invasão de competência do poder judiciário.

Nesse sentido, **é de extrema relevância o precedente da ADPF 501**, também de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, e que guarda importante semelhanças com a presente ADPF, na medida em que foi impugnada a Súmula 450 do TST, ou seja, o objeto em ambas as arguições consistem em atos públicos oriundos de decisão judicial colegiada de Tribunal Superior (acórdão e súmula). Ainda, em ambos os casos também foi apontado como preceito fundamental violado a legalidade e a separação dos poderes. Confira-se a ementa do julgado:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. SÚMULA 450 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS EM DOBRO QUANDO ULTRAPASSADO O PRAZO DO ART. 145 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO ATUAR COMO LEGISLADOR POSITIVO. AUSÊNCIA DE LACUNA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DE NORMA SANCIONADORA. OFENSA À SEPARAÇÃO DE PODERES E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PROCEDÊNCIA. 1. Os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de guerrilhas institucionais, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes públicos. Precedentes. 2. **Impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo**, de modo a ampliar o âmbito de incidência de sanção prevista no art. 137 da CLT para alcançar situação diversa, já sancionada por outra norma. 3. Ausência de lacuna justificadora da construção jurisprudencial analógica. **Necessidade de interpretação restritiva de normas sancionadoras. Proibição da criação de obrigações não previstas em lei por súmulas e outros enunciados**



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

jurisprudenciais editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho (CLT, art. 8º, § 2º). 4. Arguição julgada procedente.(ADPF 501, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 17-08-2022 PUBLIC 18-08-2022)

Merece destaque que no referido precedente foi reconhecido que a decisão judicial objeto de controle se equiparou à criação de norma jurídica sem base legal, caracterizando típica questão constitucional de afronta direta ao postulado fundamental da legalidade. Nos termos do voto do relator, Min. Alexandre de Moraes, "*sob o enfoque da legalidade, portanto, importa ressaltar que a ausência de um adequado patamar de juridicidade para assentar uma obrigação (entre as quais figura a sanção) evidencia uma situação violadora do princípio da reserva legal*".

Quando acolheu as razões expostas na ADPF 501, o STF chancelou o princípio da legalidade e da separação dos poderes como preceitos constitucionais sob a guarda da Corte Suprema e aptos a fundamentar a propositura de ações de controle abstrato. Inclusive, foi utilizado como fundamento do voto a impossibilidade de o STF tipificar delitos e cominar sanções de Direito Penal, consoante decidido na ADO 26, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, DJe de 6/10/2020), *in verbis*:

IMPOSSIBILIDADE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, MEDIANTE PROVIMENTO JURISDICIONAL, TIPIFICAR DELITOS E COMINAR SANÇÕES DE DIREITO PENAL, EIS QUE REFERIDOS TEMAS SUBMETEM-SE À CLÁUSULA DE RESERVA CONSTITUCIONAL DE LEI EM SENTIDO FORMAL (CF, art. 5º, inciso XXXIX)

Além disso, da forma como prescrita pela decisão, a imposição da multa ocorreria de forma automática quando verificada a conduta descrita como proibida, o acesso ao X por meio de subterfúgios tecnológicos. Ou seja, as condutas não seriam formalmente individualizadas em procedimento judicial próprio, o que impediria o direito de defesa, em violação ao devido processo legal e aos princípios do contraditório (art. 5º, LIV e LV). Vale destacar que a multa imposta pelo Poder Público deve ser adequada, proporcional e razoável



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

ante a infração cometida. Um valor de R\$ 50.000,00 pode ser excessivo, especialmente se não houver uma análise adequada das circunstâncias fáticas da conduta e da capacidade econômica da pessoa punida, por exemplo.

O princípio do devido processo legal garante a todos o direito de serem tratados de forma justa e equitativa em qualquer procedimento que possa resultar em sanção. A imposição de multas, por si só, configura uma sanção e, portanto, deve sempre estar amparada em um processo legal que assegure ao indivíduo o direito à ampla defesa, ao contraditório e à total compreensão da motivação da decisão condenatória.

Nesse sentido, relevante destacar que o Supremo Tribunal Federal considera atentatório aos direitos fundamentais do acusado a imputação por ato ilícito de forma vaga ou imprecisa, por dificultar ou impedir o exercício do direito de defesa. No julgamento do HC 70.763, o então Min. Celso de Mello destacou que:

O processo penal de tipo acusatório repele, por ofensivas a garantia da plenitude de defesa, quaisquer imputações que se mostrem indeterminadas, vagas, contraditórias, omissas ou ambíguas. Existe, na perspectiva dos princípios constitucionais que regem o processo penal, um nexó de indiscutível vinculação entre a obrigação estatal de oferecer acusação formalmente precisa e juridicamente apta e o direito individual de que dispõe o acusado a ampla defesa. A imputação penal omissa ou deficiente, além de constituir transgressão do dever jurídico que se impõe ao Estado, qualifica-se como causa de nulidade processual absoluta. (...)A peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso, em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias. Essa narração, ainda que sucinta, impõe-se ao acusador como exigência derivada do postulado constitucional que assegura ao réu o exercício, em plenitude, do direito de defesa. Denúncia que não descreve adequadamente o fato criminoso é denúncia inepta

Em um Estado Democrático de Direito, tal como preconizado no artigo 1º da Constituição de 1988, as condutas consideradas ilícitas e as punições correspondentes devem estar previstas em lei. A punição dos indivíduos, por sua vez, deve se dar em um processo justo e legítimo, que garanta a todos os acusados o respeito aos seus direitos fundamentais, especialmente os relacionados ao contraditório e à ampla defesa.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

As garantias constitucionais determinam que sanções processuais devem ser aplicadas às partes diretamente envolvidas em um processo. Isso significa que, por princípio, um terceiro, ou seja, alguém que não integra o polo ativo ou passivo da demanda, não pode ser diretamente atingido por uma sanção preconizada no bojo de um feito do qual não é parte legítima, não participa e, por consequência, trata de fatos que não podem ser diretamente imputados ou cobrados.

O que ora se defende é que a imposição de multa a qualquer cidadão pelo uso do X, tal como concretizado na decisão em comento, levanta questões complexas que exigem uma análise cuidadosa sob a ótica do direito e da Constituição. É fundamental garantir que restrições à liberdade individual - com a consequente aplicação de sanções - sejam devidamente justificadas e proporcionais, e que o devido processo legal seja integralmente observado.

O Poder Judiciário pode e deve utilizar de todos os meios adequados e legítimos para consagrar a inafastabilidade da tutela jurisdicional, contudo, o exercício desse poder deve ser adequado e proporcional à justa satisfação do bem jurídico tutelado, sob o risco de incorrer em abusos ou excessos.

A adequação e a proporcionalidade são princípios fundamentais que devem nortear as decisões judiciais, especialmente e sobretudo quando estas determinam a aplicação de sanções gravosas. Essas noções garantem que as medidas adotadas pelo Poder Judiciário sejam justas, razoáveis e adequadas ao caso concreto, evitando excessos e arbitrariedades.

Assim, a medida sancionatória aplicada deve ser adequada ao fim a ser alcançado. Ou seja, a sanção deve ser capaz de corrigir a conduta ilícita e prevenir novas ocorrências. Ainda, deve guardar uma relação de proporcionalidade com a gravidade da conduta e ser compatível com a intensidade da infração cometida, sem que haja um excesso de punição.

A observância dessas diretrizes é fundamental para: i) garantir justiça, assegurando que a punição seja justa e equitativa, evitando a aplicação de penas desproporcionais ou desnecessárias; ii) prevenir abusos, impedindo que o Poder Judiciário utilize suas atribuições de forma arbitrária, e garantindo a proteção dos direitos individuais; iii) fortalecer a confiança na Justiça e nas instituições, contribuindo para a credibilidade do sistema jurídico, ao demonstrar que as decisões são tomadas de forma racional e fundamentada.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Sucedo que a aplicação da multa em valor elevado a todo e qualquer pessoa física ou jurídica que, porventura, venha a "burlar" a decisão judicial não revela-se adequado e proporcional ao fim de punir a parte efetivamente investigada e responsável pelos atos aqui apurados, a empresa X, seu presidente, gestores e eventuais responsáveis pela sua continuidade e atividade por ela exercida. A sanção aplicada a determinado indivíduo não será capaz de corrigir a conduta ilícita praticada pelos efetivamente investigados e passíveis de serem punidos no bojo da Pet 12.404.

A busca pela satisfação do interesse público com a punição daqueles que agem ao arrepio da lei não pode representar uma punição coletiva a toda sociedade brasileira, incluída de forma genérica e abstrata nos dispositivos condenatórios da decisão ora impugnada, que sujeitou milhares de cidadãos brasileiros ao poder punitivo do Estado.

Cabe aqui ressaltar que o objeto da Pet 12.404 é a prática de crimes de obstrução de investigações de organização criminosa e de incitação ao crime, perpetrada no ambiente da rede social X enquanto complexa ferramenta tecnológica. O referido procedimento judicial não cuida de averiguar crimes e ilícitos eventualmente cometidos por usuários através da plataforma ou investigar contas específicas que atuem sistematicamente de forma criminosa. De fato, existem outros inquéritos e procedimentos judiciais, todos de relatoria do Min. Alexandre de Moraes, destinados a isso.

A Pet 12.404 cuida, portanto, de averiguar a postura da empresa X, enquanto ambiente onde diversos crimes vêm sendo reiteradamente praticados sem a devida punição, e sem atuação de conformidade dos seus gestores e responsáveis para coibir e retirar esses conteúdos ilegais e ilícitos no ambiente virtual. Portanto, há de se ter clareza quanto ao polo passivo da investigação, e ao alcance das sanções aplicadas no bojo daqueles autos, devendo as decisões judiciais proferidas guardarem estrita observância a esses aspectos, o que não ocorreu no provimento ora atacado.

Com base nesses fundamentos, é necessário que ocorra a suspensão e posterior declaração de inconstitucionalidade da decisão na parte em que determina de forma genérica e indiscriminada a imposição de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a todas as pessoas naturais e jurídicas que utilizarem "de subterfúgios tecnológicos" para continuidade das comunicações no "X", uma vez que a determinação judicial viola direta e frontalmente os artigos 2º, *caput*; 5º, II, XXXIX, LIV e LV, todos da Constituição Federal, os quais garantem o respeito aos princípios da separação dos poderes, da legalidade/reserva legal, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

VI – DA MEDIDA CAUTELAR

Estão presentes os requisitos autorizadores da concessão de medida cautelar, nos termos art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei n. 9.882/99.

A relevância da fundamentação ficou evidenciada pela demonstração de que a decisão colegiada referendou integralmente a cautelar e manteve a condenação e imposição de multa de forma genérica e abstrata sem previsão legal e a pessoas que não integram a presente ação, contrariando frontalmente a lei e a Constituição Federal.

O *fumus boni iuris* resta comprovado pela violação de diversos preceitos fundamentais, notadamente os princípios da legalidade, reserva legal, separação dos poderes, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, bem como da razoabilidade e da proporcionalidade das sanções, consagrados nos artigos 2º, 5º, II, XXXIX, LIV e LV, da Constituição Federal.

Isso porque, conforme demonstrado na inicial, a determinação genérica e indiscriminada de aplicação de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a todas as pessoas naturais e jurídicas que utilizarem “de subterfúgios tecnológicos” para continuidade das comunicações no “X” representa a criação pelo Poder Judiciário de uma proibição de conduta com cominação de punição pelo seu descumprimento.

Ocorre que o enquadramento de uma conduta como um ato ilícito e a cominação de multa punitiva pelo seu descumprimento devem estar claramente previstas em lei formal, que seguiu o devido processo legislativo, em obediência aos postulados da legalidade e da reserva legal (art. 5º, II e XXXIX, Constituição Federal). Uma decisão judicial não pode criar um ato ilícito e nem prever a punição correspondente, sob pena de violação à separação dos poderes (art. 2º, Constituição Federal), visto que a tipificação de condutas é tarefa própria do poder legislativo.

Além disso, da forma como prescrita pela decisão, a imposição da multa ocorreria de forma automática pelo simples fato de uma pessoa acessar o X por meio de subterfúgios tecnológicos. Ou seja, as condutas não seriam formalmente individualizadas em procedimento judicial próprio, o que impediria o direito de defesa, em violação ao devido processo legal e aos princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV).



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

A cominação de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de forma indiscriminada, viola a razoabilidade e a proporcionalidade, na medida em que a punição deve refletir a gravidade da infração cometida, as circunstâncias fáticas em que ocorrida ea capacidade econômica da pessoa punida.

Por sua vez, são graves e iminentes os riscos relacionados à demora do provimento final (*periculum in mora*). Como destacado na presente peça, milhares de pessoas podem vir a ser atingidas pela sanção pelo simples ato de acessarem a rede X por qualquer meio tecnológico disponível. Vale destacar que cerca de 21 milhões de brasileiros possuem cadastro na rede social X e podem vir a sofrer restrições de direitos consistente em pagamento de multa onerosa caso incorram na conduta proibida descrita pela decisão.

Diante da presença dos pressupostos legais, o Conselho Federal da OAB requer a concessão de medida cautelar para determinar a suspensão da decisão da 1ª Turma do STF na Pet 12.404 na parte em que impõe a aplicação de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às pessoas naturais e jurídicas que incorrerem em condutas no sentido de utilização de subterfúgios tecnológicos para continuidade das comunicações ocorridas pelo “X”, tal como o uso de VPN (‘virtual private network’).

VII - DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, o Conselho Federal da OAB requer:

- (a) a concessão da medida cautelar, com base no art. 5º, §§1º e 3º, da Lei n. 9.882/99, para suspender a decisão da 1ª Turma do STF na Pet 12.404 na parte em que impõe a aplicação de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às pessoas naturais e jurídicas que incorrerem em condutas no sentido de utilização de subterfúgios tecnológicos para continuidade das comunicações ocorridas pelo “X”, tal como o uso de VPN (‘virtual private network’).
- (b) a notificação do Ministro Alexandre de Moraes, relator da Pet 12.404, nos termos do art. 5º, §§2º e 6º, da Lei nº 9.882/99;
- (c) a notificação do Exmo. Sr. Advogado-Geral da União para se manifestar sobre a presente arguição, nos termos da exigência constitucional do art. 103, § 3º e art. 5º, §2º, da Lei nº 9.882/99;



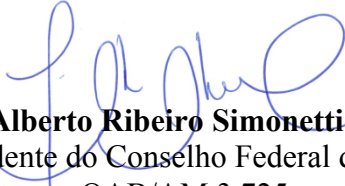
Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

(d) a notificação do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República para que emita o seu parecer, nos termos do art. 103, § 1º da Constituição Federal e art. 5º, §2º, da Lei nº 9.882/99;

(e) a **procedência do pedido de mérito** para que, confirmando a medida cautelar, seja declarada inconstitucional a decisão da 1ª Turma do STF na Pet 12.404 na parte em que impôs aplicação de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a todas as pessoas físicas e jurídicas do país que usarem VPN ou outros mecanismos para acessar a plataforma X, também conhecida como Twitter, na medida em que a a decisão judicial ao impor sanção genérica e abstrata criou um ilícito sem previsão em lei, violando frontal e expressamente a legalidade e a separação dos poderes, com potencial de atingir um número indeterminado de pessoas que não figuram no polo passivo da presente demanda e não podem ser diretamente responsabilizadas por quaisquer atos investigados no bojo da Pet 12.404, sob pena de violação direta ao devido processo legal e ao contraditório, além de revelar-se medida desarrazoada e desproporcional ante a conduta descrita como proibida.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 03 de setembro de 2024.


José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral
Presidente do Conselho Federal da OAB
OAB/AM 3.725
OAB/DF 45.240


Rafael Horn
Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB


Sayury Otoni
Secretária-Geral do Conselho Federal da OAB



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D.F.

Milena Gama

Secretária-Geral Adjunta do Conselho Federal da OAB

Leonardo Campos

Diretor-Tesoureiro do Conselho Federal da OAB

José Erinaldo Dantas Filho

Coordenador do Colégio de Presidentes

Presidente da OAB/Ceará

OAB/CE 11.200

Rodrigo Aiache Cordeiro

Presidente da OAB/Acre

OAB/AC 2.780

Vagner Paes Cavalcanti Filho

Presidente da OAB/Alagoas

OAB/AL 7.163

Auriney Uchoa de Brito

Presidente da OAB/Amapá

OAB/AP 27.283

Jean Cleuter Simões Mendonça

Presidente da OAB/Amazonas

OAB/AM 3.808



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Daniela Lima de Andrade Borges
Presidente da OAB/Bahia
OAB/BA 27.283

Délio Fortes Lins e Silva Junior
Presidente da OAB/Distrito Federal
OAB/DF 16.649

José Carlos Rizk Filho
Presidente da OAB/Espirito Santo
OAB/ES 10.995

Rafael Lara Martins
Presidente da OAB/Goiás
OAB/GO 22.331

Kaio Vyctor Saraiva
Presidente da OAB/Maranhão
OAB/MA 12.011

Gisela Alves Cardoso
Presidente da OAB/Mato Grosso
OAB/MT 7.725/O

Luis Claudio Alves Pereira
Presidente da OAB/Mato Grosso do Sul
OAB/MS 7.682



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Sérgio Rodrigues Leonardo
Presidente da OAB/Minas Gerais
OAB/MG 85.000

Eduardo Imbiriba de Castro
Presidente da OAB/Pará
OAB/PA 11.816

Harrison Alexandre Targino
Presidente da OAB/Paraíba
OAB/PB 5.410

Marilena Indira Winter
Presidente da OAB/Paraná
OAB/PR 16.867

Fernando Jardim Ribeiro Lins
Presidente da OAB/Pernambuco
OAB/PE 16.788

Celso Barros Coelho Neto
Presidente da OAB/Piauí
OAB/PI 2.688

Luciano Bandeira Arantes
Presidente da OAB/Rio de Janeiro
OAB/RJ 85.276

Aldo de Medeiros Lima Filho
Presidente da OAB/Rio Grande do Norte
OAB/RN 1.662



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

Leonardo Lamachia

Presidente da OAB/Rio Grande do Sul
OAB/RS 47.477

Marcio Melo Nogueira

Presidente da OAB/Rondônia
OAB/RO 2.827

Ednaldo Gomes Vidal

Presidente da OAB/Roraima
OAB/RR 155-B

Claudia da Silva Prudêncio

Presidente da OAB/Santa Catarina
OAB/SC 19.054

Maria Patrícia V. Figueiredo

Presidente da OAB/São Paulo
OAB/SP 199.925

Danniell Alves Costa

Presidente da OAB/Sergipe
OAB/SE 4.416

Gedeon Batista Pitaluga Junior

Presidente da OAB/Tocantins
OAB/TO 2.116